



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – IN 40/2020**

**OBJETO:** Contratação de empresa para execução das obras de reforma e adequações nos prédios da Biblioteca e PROACE no campus JK da UFVJM em Diamantina/MG.

**Número processo:** 23086.009199/2020-96.

**1. SUPORTE LEGAL**

- **Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993:** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

- **Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994:** Dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais (SISG) dos órgãos civis da Administração Federal direta, das autarquias federais e fundações públicas, e dá outras providências.

- **Instrução Normativa 01, de 19 de janeiro de 2010:** Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras.

- **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012:** Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.

- **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:** Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

- **Instrução Normativa 05, de 29 de maio de 2017:** Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços;

- **Instrução Normativa 40, de 22 de maio de 2020:** Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

- **Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018:** Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

- **Instrução Normativa Seges/ME 01, de 10 de janeiro de 2019:** Dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações;

- **Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006:** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

- **Decreto 8.538/2015, de 06 de outubro de 2015:** Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

- **Decreto 7.983/2013, de 08 de abril de 2013:** Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

- **Decreto 9.507/2018, de 21 de setembro de 2018:** Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

- Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC - Lei 12.462/2011, pelo Decreto nº 7.581/ 2011, que regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, com fundamento legal no Inciso IV, ad 10, da Lei 12.462/2011.

A contratação se sujeita ainda aos demais requisitos legais e normativos que regem a matéria.

Importante destacar a necessidade da contratação estar alinhada com o Planejamento Estratégico da instituição conforme art. 1º da IN 05/2017:

As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, por órgãos ou entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, observarão, no que couber:

[...]

III - o **alinhamento com o Planejamento Estratégico do órgão ou entidade**, quando houver.

Tendo em vista se tratar de uma contratação de serviço, necessário realizar licitação. Conforme disposto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

[...]

*XXI - **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados **mediante processo de licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Art. 37, Inc. XXI da Constituição Federal de 1988).*

A Lei 8.666/93 estabeleceu as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A referida lei ratificou o comando constitucional para a obrigatoriedade de licitação e trouxe as hipóteses em que o processo licitatório pode não ser realizado, na forma de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

A contratação em apreço não se enquadra nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade elencadas pela Lei 8.666/93, devendo ser precedida de processo licitatório.

A licitação além de visar a isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, busca garantir diversos princípios conforme art. 3º da Lei 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A presente contratação tratar-se-á de obra, tendo em vista que o objeto como um todo envolve diferentes intervenções (elétrica, gás, ar comprimido, climatização e estrutural).

Cabe aqui realizar a distinção entre obra e serviços de engenharia, com base em orientações emitidas pela AGU:

O art. 6, incisos I e II da Lei nº 8.666, de 1993, estabelece as definições de obras e serviços e o Manual de Obras e serviços de engenharia - Advocacia-Geral da União, assim explicita "O Parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU segue o mesmo raciocínio e propõe a seguinte solução (Item 83.4):

- a) Em se tratando de **alteração significativa, autônoma e independente**, estar-se-á adiante de **obra de engenharia**, vedada a adoção do pregão;
- b) Em se tratando de **alteração não significativa, autônoma e independente**, estar-se-á adiante de **serviço de engenharia**, cabível a adoção do pregão.

Nesse ponto, há semelhança com o conceito formulado pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, para o qual reforma consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo (g.n.), desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual (Orientação Técnica IBR n. 02/2009).

Como condição preliminar a contratação, a Administração certificou-se de que o objeto a ser contratado não incorria em irregular terceirização, sendo que a execução dos serviços a serem contratados não estão previstos no artigo 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, bem como a UFVJM não conta com servidores para realizarem essas atividades.

A referida contratação está contemplada no Plano Anual de Contratação (PAC) da UFVJM para o ano de 2021, registrada sob o número 12010.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFVJM previsto para o quinquênio 2017-2021, a Diretoria de Infraestrutura possui como uma de suas principais metas:

Implantar um cronograma coordenado de projetos, planilhas, licitação e execução de obras visando atender a demanda da Instituição de forma programada e eficiente, conforme o planejamento da administração.

Acrescenta-se, ainda, a necessidade do registro do presente objeto no Cadastro Integrado de Projetos de Investimento do Governo Federal (CIPI), nos termos do Decreto nº 10.496, de 28 de setembro de 2020 e da Portaria SEGES/ME nº 25.405, de 23 de dezembro de 2020.

## 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Conforme especificado no Documento de Formalização de Demanda (DFD), documento SEI: ([0395325](#)), esta contratação pretende reformar os prédios da Biblioteca e da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE) localizados no campus JK da UFVJM em Diamantina/MG, com o objetivo de adequar o terceiro piso do prédio da Biblioteca, estabelecendo no local uma central de projetos, que comportará a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG). Em síntese, nessa adequação será realizado o isolamento do acesso ao 2º pavimento por uma das escadas da edificação, o isolamento acústico dos vãos entre os pavimentos, instalação de divisórias, esquadrias e instalações elétricas e hidrossanitárias.

Já a reforma a ser realizada no prédio da (PROACE), promoverá a adequação do antigo prédio da Diretoria de Educação Aberta e a Distância (DEAD) para uso da PROACE. Será realizada a substituição do piso existente, instalação de esquadrias (portas e janelas), demolição e execução de alvenaria, assentamento de bancadas, alterações na cobertura da edificação, instalação de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), instalações de combate à incêndio, adequações na rede hidrossanitária, complementação das instalações elétricas e pintura total (interna e externa) da edificação.

O estado de conservação e necessidade de adaptações são problemas que afetam a estrutura física de prédios públicos. Diversos estudos comprovam que as condições de trabalho geram resultados positivos na produtividade, satisfação e bem estar dos servidores assim como no desempenho de suas atividades gerando qualidade no serviço prestado.

A reforma executada no prédio da Biblioteca permitirá que o espaço receba servidores do quadro de técnicos administrativos da UFVJM, e as adequações na infraestrutura do antigo prédio da (DEAD) permitirá o funcionamento da Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis naquele espaço. O objetivo da gestão universitária é buscar a eficiência na utilização dos espaços públicos, procurando realizar adaptações e ampliações em detrimento de novas construções que aumentariam a necessidade de gastos com manutenções de infraestrutura e de pessoal de apoio, além de gerar soluções em um momento de restrição econômica. Para tanto é necessário reformar, ampliar e adaptar os prédios, adequando-os ao exercício da atividade dos servidores das áreas administrativas da UFVJM.

A contratação de empresa para realização das obras se faz necessária por se tratar de serviço especializado que apresenta particularidades de execução, um grande volume de serviço e que necessita de equipamentos específicos para sua realização. A UFVJM não contém mão de obra necessária para a execução das obras, objeto desse processo. Ademais, a contratação de uma empresa especializada permite que tenhamos resultados mais eficientes, com qualidade de serviço e de materiais.

### Área Requisitante e Responsável

--	--

Área Requisitante	Responsável
Pró-reitoria de Extensão e Cultura	Marcus Vinícius carvalho Guelpe/Pró-Reitor
Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis	Jussara de Fátima Barbosa Fonseca/Pró-Reitor
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Thiago Fonseca Silva/Pró-reitor

### 3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a comprovação da qualidade técnico-profissional, será necessário que o licitante comprove que possui em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional(is) de nível superior, ARQUITETO ou ENGENHEIRO, reconhecidos pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região onde os serviços forem executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviço(s) relativo(s) a:

A. Reforma e/ou Execução de prédio público, comercial ou industrial com instalações hidrossanitárias, elétricas, de ar comprimido e sistema de climatização.

Indicação do nome deste R.T., responsável pela execução das obras, devidamente comprovada através de cópia autenticada da Carteira de Trabalho.

Registro da Empresa no CREA ou CAU, bem como do Responsável Técnico (RT) pela execução da obra.

Relação explícita e declaração formal da disponibilidade para cumprimento das exigências mínimas relativas às instalações de canteiros, máquinas, equipamentos, transporte e alojamento para pessoal, pessoal técnico especializado considerado essencial para o cumprimento do objeto da Licitação.

Subcontratação do objeto deste contrato:

1. Poderão ser subcontratadas empresas especializadas para execução de serviços específicos, com exceção dos itens (Mobilização e Desmobilização, Administração Local, Infraestrutura e Superestrutura, Arquitetura e Cobertura).
2. A listagem das empresas subcontratadas deverá ser formalmente apresentada à FISCALIZAÇÃO.
3. As empresas subcontratadas deverão comprovar ter as qualificações técnicas necessárias aos serviços subcontratados.
4. Somente será permitida a subcontratação de serviços, e não de mão de obra isolada.

OBS: Não serão aceitos atestados referentes à subcontratação se não acompanhados de documento emitido pelo contratante original, proprietário da obra, demonstrando que a subcontratação ocorreu com

sua plena anuência e autorização.

Indicação do nome do RT pela execução das obras, devidamente comprovada através de cópia autenticada da Carteira de Trabalho.

Registro da Empresa no CREA ou CAU, bem como do RT pela execução da obra.

Relação explícita e declaração formal da disponibilidade para cumprimento das exigências mínimas relativas às instalações de canteiros, máquinas, equipamentos, transporte e alojamento para pessoal, pessoal técnico especializado considerado essencial para o cumprimento do objeto da Licitação.

Comprovação de capital social maior ou igual a 10% (dez por cento) do valor previsto da obra, através de Contrato Social ou alterações, devidamente registrado em órgão competente.

Declaração de que recebeu e tomou conhecimento de toda documentação necessária à elaboração da proposta.

Declaração de que tem conhecimento de todas as peculiaridades e condições locais, com vistas à execução do objeto da Licitação em epígrafe, bem como as condições de acesso, instalação do canteiro, depósito, alojamento, água, energia, mercado de materiais e disponibilidade de mão de obra, etc.

Deverão ser observados, com relação a sustentabilidade, os seguintes requisitos definidos pela Lei 8.666/1993 e suas alterações:

I - segurança;

II - funcionalidade e adequação ao interesse público;

III - economia na execução, conservação e operação;

IV - possibilidade de emprego de mão de obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;

V - facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade do serviço;

VI - adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas.

Além disso, deve-se observar os requisitos definidos pelo Decreto 7.746/2012 e suas alterações:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.

Por se tratar de Regime Diferenciado de Contratação (RDC), deverão ser obedecidos os critérios de sustentabilidade disciplinados na LEI Nº 12.462/2011, como segue:

- I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
- II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais;
- IV - avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
- V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas; e
- VI - acessibilidade para o uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Contratada deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLT/MPOG n.º 01, de 19/01/2010, assim como exercer práticas de sustentabilidade previstas no Termo de Referência, conforme disposto e orientado pelo Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – da Câmara Nacional de Sustentabilidade (CNS) – DECOR/CGU/AGU de 2020.

Importante mencionar que os materiais a serem utilizados devem ser de primeira qualidade, certificados pelo INMETRO, o que será devidamente fiscalizado antes do início da execução, bem como deve observar as normas técnicas e aplicáveis ao objeto do presente contrato.

Acrescenta-se, ainda, que foi juntado aos autos documento comprobatório da propriedade do imóvel a ser realizado a obra contratada, a saber, o Campus JK ([0390822](#)), bem como a certidão devidamente atualizada ([0405368](#)).

#### **4. PROGRAMA DE NECESSIDADES**

O Programa de Necessidades foi definido com base nas diretrizes contidas no Plano Diretor da UFVJM. As obras de reforma e de adequações nos prédios da Biblioteca e PROACE no campus JK estão fundamentadas no Programa de Necessidades definido pela Universidade e nas diretrizes contidas no Plano Diretor da UFVJM. As adequações das edificações visam a otimização da disponibilidade e uso do espaço físico edificado. Na especificação dos materiais de construção e de acabamento procurou-se optar por componentes simples, mas de ótima qualidade, de preços acessíveis e de fácil ocorrência local. A distribuição dos ambientes obedeceu às necessidades específicas para as funções às quais se destinam.

Centro Integrado de Pesquisas: Adequação do terceiro pavimento do prédio da biblioteca para comportar a PROEXC, PRPPG, e FUNDAEPE. Nessa adequação será feito o isolamento do acesso por uma das escadas da biblioteca, isolamento acústico dos vãos entre os pavimentos da biblioteca, instalação de postos de trabalhos, divisórias e esquadrias...).

A mudança de espaço físico da PRPPG visa melhor adequação do espaço para a equipe de trabalho, visto que o espaço atualmente utilizado não comporta todos os servidores lotados na PRPPG, além de ter espaços adaptados e que não atendem à contento as necessidades desta pró-reitoria (ex.: falta de acessibilidade, a sala de reuniões tem um terminal de servidor que faz muito barulho, sala sem janela e/ventilação, sala que não comporta servidores que fazem atendimento externo). Com a reforma do prédio da Biblioteca, a PRPPG terá a oportunidade de planejar o espaço às suas necessidades, e não o contrário, como ocorre atualmente.

A Proexc necessita de espaço físico adequado para melhor dimensionamento do espaço de trabalho da sua equipe. O atual espaço da Proexc no Prédio da Reitoria não possui atualmente condições para acolher servidores técnico-administrativos, docentes, estagiários que atuam na Equipe Proexc, bem como espaço para atendimento ao público: usuário, docentes, técnico-administrativos, discentes da UFVJM e comunidade externa. Com a reforma do prédio da Biblioteca, a Proexc obterá espaço adequado para melhor dimensionamento de sua Equipe nas atividades que desenvolve internamente e no atendimento ao público usuário. Ressalta-se como ganho a articulação direta com outras unidades organizacionais da UFVJM, como a PRPPG e Diretoria de Projetos.

A realização das adequações no antigo prédio da DEAD justifica-se em virtude de que atualmente a PROACE está localizada em quatro pontos distintos, a saber:

- Prédio da Reitoria: Pró-Reitoria, Diretoria de Assuntos Estudantis; Serviço Social; Secretaria Executiva e a Gestão de benefícios;
- Prédio da DASA: Serviço de Psicologia, Perícia Médica, Engenharia do Trabalho, Práticas Integrativas com Técnico de Enfermagem e Apoio Administrativo;
- Prédio da Fisioterapia: Núcleo de Acessibilidade e Inclusão: Serviço de Tradução e Interpretação em Libras; Serviço de Pedagogia e Terapeuta Ocupacional;
- Campus I da UFVJM: Serviço de Odontologia e Perícia Odontológica

Desta forma, torna-se necessário que toda a equipe multiprofissional da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis esteja em um mesmo ambiente visando à melhoria das condições físicas para atendimento aos discentes e servidores.

Cabe ressaltar que com a reforma/adaptação do antigo prédio da DEAD para a Proace haverá salas para atendimento social, psicológico e médico que atualmente ocorrem em ambientes adaptados; contaremos com sala para reuniões que atualmente não tem disponível no setor; possibilitará a agilidade e facilidade da comunicação da equipe, bem como atendimento a comunidade acadêmica que terá uma referência de todos os serviços da Pró-Reitoria em um único local.

A distribuição dos ambientes do edifício obedeceu às necessidades específicas de proximidade entre os ambientes e as funções às quais se destinam. Além de destinar os locais atualmente ocupados para outras finalidades (aumentar espaço das outras pró reitorias no prédio da reitoria, por exemplo)

## **5. ESTUDO DE VIABILIDADE**

Todo empreendimento vem à tona em virtude de uma necessidade ou desejo de reformar, modificar, acrescentar ou construir algo. Na demanda em tela, a gestão universitária pretende reformar os prédios da biblioteca e da (DEAD) conforme mencionado e especificado ao longo deste estudo, bem como de outros documentos juntados aos autos, objetivando melhorar às condições de trabalho dos servidores e de atendimento ao público externo (cliente cidadão).

O estudo de viabilidade foi baseado nas necessidades descritas no tópico anterior, e a contratação e conclusão desta obra será fundamental na rotina de trabalho dos servidores e docentes, bem como na rotina de ensino, pesquisa e extensão da comunidade universitária, promovendo a integração entre setores, além de propiciar espaços adequados para o desenvolvimento das atividades administrativas e acadêmicas no campus JK da UFVJM em Diamantina/MG.

Assim sendo, é necessário que sejam realizadas adequações nas edificações em tela para possibilitar a efetivação das melhorias pretendidas pela gestão universitária.



Ressaltamos que esta equipe de planejamento é formada por integrantes da área requisitante, logística e áreas técnicas, conforme a demanda exige.

Do ponto de vista de Engenharia não há necessidade de se realizar adequações na infraestrutura para viabilizar a execução dos serviços a serem contratados. A condição atual das edificações viabiliza a realização das reformas/adequações internas propostas.

A viabilidade financeira e econômica da obra/reforma proposta está demonstrada ao longo deste estudo, bem como de outros documentos juntados aos autos, notadamente às planilhas de custos elaboradas pelas áreas técnicas da UFVJM.

#### **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES:**

**a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e**

**b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.**

A prestação dos serviços a ser contratada por meio da contratação de empresa especializada é atendida por inúmeras empresas do mercado, não existindo restrição de fornecedores para a prestação dos serviços.

Alternativa 1 - Buscar nos campi localizados no município de Diamantina, espaços que porventura estejam sendo subutilizados, os quais, após adaptações, possam vir a ser utilizados para os fins estabelecidos.

Alternativa 2 -locar um espaço adequado em Diamantina/MG para alocar a Central de Projetos e a (PROACE).

Alternativa 3 - Realizar processo licitatório para contratação de empresa especializada, através de Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC para execução da reforma e adequação da infraestrutura no prédio da biblioteca e da (DEAD) no campus JK da UFVJM para atender a demanda em tela.

A solução considerada mais adequada é a descrita na Alternativa 3.

#### **7. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA: DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO, ACOMPANHADA DAS JUSTIFICATIVAS TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO;**

A solução escolhida para execução dos serviços é a presente na alternativa 3. Isso porque, não há espaços apropriados nos campi em Diamantina que estejam ociosos ou subutilizados.

Além disso, não faz sentido em locar um espaço na cidade de Diamantina/MG, uma vez que a Instituição dispõe desses espaços em sua unidade sede. Por mais que esses espaços fossem encontrados, provavelmente seriam necessárias a realização de reformas e adequações em sua estrutura interna, assim como as que serão realizadas nas edificações em tela que pertencem a Universidade, de forma a atender as necessidades de infraestrutura.

Ademais, as reformas nas edificações garantirão um espaço adequado para uso e convivência dos funcionários terceirizados, além de ampliar a capacidade de armazenamento da Diretoria de Materiais e Patrimônio.

#### **8. ANTEPROJETO**

O anteprojeto, etapa importante para o bom desenvolvimento do projeto básico e executivo, foi uma etapa importante por possibilitar o dimensionamento do serviço que se deseja realizar através deste certame.

Os projetos arquitetônicos e complementares foram elaborados a partir do anteprojeto, tendo como base as premissas do programa de necessidade e dos estudos preliminares.

#### 9. **PROJETOS**

Os projetos de reforma e adequação foram desenvolvidos levando em consideração os projetos de arquitetura e de instalações existentes/executados. Foram levados em consideração os princípios da racionalização construtiva a fim de reduzir desperdícios usuais nas obras, bem como para posterior serviços de manutenção predial. Deste modo foram considerados materiais padronizados.

#### 10. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

As especificações técnicas são representadas por um documento que descrevem os materiais, equipamentos e procedimentos de execução a serem adotados na obra, visando o desempenho técnico determinado. Deverão ser elaboradas em conformidade com normas técnicas e práticas específicas, de modo a abranger todos os materiais, equipamentos e serviços previstos no projeto.

Junto de cada projeto os responsáveis técnicos apresentaram as especificações técnicas necessárias.

#### 11. **MEMORIAL DESCRITIVO**

Os projetos elaborados são acompanhados de seu respectivo memorial descritivo, que tem por objetivo informar os conceitos, a forma de execução e materiais adotados para execução do serviço em questão, bem como descrever os sistemas e critérios para a realização dos serviços previstos. Além disso, a Diretoria de Infraestrutura irá disponibilizar um memorial descritivo de desenvolvimento dos serviços com as normas vigentes que devem ser seguidas e atendidas para uma boa execução do contrato em questão. Neste memorial descritivo estão descritas todas as necessidades de escavação, estrutura de concreto, estrutura metálicas, alvenarias e instalações prediais (hidráulicas, elétricas, comunicação, incêndio), além de serviços de finalização como limpeza de obra. A contratada se prontificará a seguir estas definições conforme previsto em contrato, garantindo uma boa execução dos serviços previstos em projeto e contrato.

#### 12. **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA;**

O orçamento foi elaborado pelos servidores da UFVJM, os engenheiros Marcus Vinícius Felix, Leonardo Rebouças de Brito Figueiredo e Leon Candido de Oliveira.

Os quantitativos de materiais e suas qualificações foram determinados a partir dos levantamentos realizados pelos engenheiros responsáveis pela elaboração dos projetos arquitetônicos e complementares, onde foi feita a lista de materiais e seus quantitativos, que deram origem as informações constituídas na planilha orçamentária do processo licitatório.

#### 13. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ORÇAMENTO DETALHADO), ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO;**

Os quantitativos foram levantados com base nos projetos apresentados e os preços unitários foram definidos conforme planilhas de referência, SINAPI, SETOP.

As planilhas orçamentárias foram desenvolvidas com base nas informações definidas nos projetos executivos, nas normas técnicas utilizadas e descritas acima.

Os quantitativos constantes na planilha orçamentária estão compatíveis com os projetos da obra acima referenciada e os custos unitários de insumos e serviços são iguais ou menores que a mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, em atendimento aos dispositivos do artigo 112 da Lei Nº 12.017 de 12 de agosto de 2009 e do Decreto Nº 7.983 de 8 de abril de 2013.

#### **14. RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJETO**

Como regulamentado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, todos os Projetos de Engenharia e Planilhas Orçamentárias devem ser vinculados a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) é o instrumento através do qual o profissional registra as atividades técnicas solicitadas através de contratos (escritos ou verbais) para o qual o mesmo foi contratado. Portanto, o engenheiro ou qualquer outro profissional habilitado ao CREA é responsável pela autoria de projetos e de seus desdobramentos na execução, uso e manutenção até a sua depreciação.

Desta forma, todos os projetos que serão necessários à sua execução desta obra de engenharia, serão devidamente registrados suas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART estando estes profissionais civilmente responsáveis pelas informações descritas nos mesmos e também responsáveis pela sua qualidade, estando os mesmos passíveis de penalidades previstas em lei, no caso de ocorrência de alguma irregularidade na elaboração e execução dos mesmos.

Deste modo, todos os projetos apresentados possuem às respectivas Anotações de Responsabilidade técnica, conforme estabelece a Lei nº 5.194/1966.

#### **15. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL;**

De acordo com o § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O objeto da contratação, não é passível do parcelamento, por ser um objeto que demanda de etapas construtivas comunicantes e que impossibilita realizar diversos certames para sua conclusão. Portanto o que se deseja executar é um único bloco de execução que se torna economicamente inviável se fosse contratado em várias etapas.

Não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala. Não haverá restrição à competitividade, uma vez que os serviços admitem a ampla participação de licitantes, considerando que se trata de serviços usuais de engenharia, sendo executadas por um grande número de empresas. Assim, afasta-se o caráter de parcelamento.

O parcelamento poderia gerar atrasos na entrega da referida obra, visto a necessidade de realizar diversas licitações. Outro fator que foi levado em consideração para não parcelar esta obra foi o fato que o parcelamento das atividades/serviços irá requerer um novo orçamento e este orçamento contemplará Administração Local, Canteiro de Obras, Mobilização/Desmobilização entre outros serviços, os quais poderiam aumentar o custo da obra onerando a Administração.

Desta forma o parcelamento, neste caso, se torna economicamente inviável e não vantajoso pelo custo e tempo requerido para esta execução.

#### **16. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES;**

Seria necessária a contratação de equipe de limpeza e vigilância, contudo, a edificação já conta com equipe de limpeza e vigilância à área existente, bem como a aquisição de equipamentos que comporão as

unidades.

**17. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO;**

O valor previsto para realização do presente Estudo está previsto no PAC de 2021, com previsão do planejamento para a realização do contrato em sua plenitude. Portanto a administração garante orçamento para honrar o compromisso firmado no futuro contrato com a empresa vencedora do Certame.

Em caso de se enquadrar em recurso de investimento, deve-se observar a inserção no Sistema CIPI - Cadastro Integrado de Projetos de Investimento.

**18. RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL;**

Tornar eficiente as atividades administrativas dos setores que demandam os prédios;

Disponibilizar um ambiente saudável, em equilíbrio com o meio ambiente que venha contribuir com as atividades desenvolvidas na Instituição;

Melhorar o nível das condições de trabalho;

Contribuir para a qualidade do serviço público;

Oferecer espaço adequado para uso e convivência dos funcionários terceirizados considerando que até o momento a Instituição não dispõe de espaço específico para esta finalidade; e

Ampliar a capacidade de armazenamento da Diretoria de Materiais e Patrimônio.

**19. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO.**

Não se vislumbra necessidade de adequações para a solução a ser contratada e o serviço prestado, tendo em vista a sua baixa complexidade. A UFVJM apresenta em seu quadro funcional servidores com total capacidade para realizar a fiscalização e gestão do contrato. Não há necessidade de se adequar os locais para a realização dos serviços propostos.

**20. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO;**

As obras almejadas pela administração não são passíveis de licenças ambientais pelos seguintes motivos:

- Não haverá supressão de área vegetal nativa.
- As áreas do campus JK são áreas já desmatadas e não tem próximo ao local da obra nada que tenha impacto ambiental, exceto a ocupação do solo.

A Contratada deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLT/MPOG n.º 01, de 19/01/2010, assim como exercer práticas de sustentabilidade previstas no Termo de Referência, conforme disposto e orientado pelo Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – da Câmara Nacional de Sustentabilidade (CNS) – DECOR.

Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, e que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis.

A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

## **21. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.**

Conforme ao que determina o art. 7º, §2º, da IN nº 40/2020 e com base nos elementos anteriores do presente documento de estudos preliminares, DECLARAMOS que:

( X ) É VIÁVEL a presente contratação.

( ) NÃO É VIÁVEL a presente contratação.

### **21.1. Justificativa da Viabilidade**

A Equipe de Planejamento identificada abaixo chegou à conclusão acima em razão do(s) seguinte(s) motivo(s):

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 005/2017/SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracteriza a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a aquisição proposta.

Fabício Raimundi Andrade - SIAPE: 2165804  
Cilma Renata Borges Meira - SIAPE: 1453140  
Rafael Alessandro de Matos Andrade - SIAPE: 2994588  
Leon Cândido de Oliveira - SIAPE: 1547696  
Lucas Tiago do Prado - SIAPE: 3035178

Equipe de planejamento nomeada pela PORTARIA/PROAD Nº 164, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

---



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Tiago Do Prado, Servidor**, em 14/07/2021, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Alessandro De Matos Andrade, Secretário(a) Executivo**, em 14/07/2021, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabricio Raimundi Andrade, Servidor**, em 14/07/2021, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leon Candido De Oliveira, Servidor**, em 14/07/2021, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cilma Renata Borges, Servidor**, em 14/07/2021, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0202915** e o código CRC **DB159FE9**.